

O FUTURO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

• *uma questão de projeto político* •

*Raizel Rechtman**

* Mestre em Educação: Psicologia da Educação PUC-SP. E-mail: raizel.rechtman@gmail.com,

Resumo

Este estudo tem como objetivo traçar algumas perspectivas sobre o futuro da psicologia brasileira. Para tanto, será apresentada uma análise histórica e política sobre o surgimento da psicologia no Brasil, o perfil e atuação da(o) psicóloga(o) e formação em psicologia em nosso país. A partir destas análises, torna-se clara a indissociabilidade entre formação, ciência e profissão, a influência do projeto de profissão na construção da psicologia e a necessidade de posicionamento da categoria em assumir o seu futuro.

Palavras-chave: História da Psicologia; Formação; Compromisso Social.

THE FUTURE OF BRAZILIAN PSYCHOLOGY

• *a question of political project* •

Abstract

This study aims to draw some perspectives on the future of Brazilian psychology. Therefore, we present a historical and political analysis of the emergence of psychology in Brazil, the profile and performance of the psychologist and the training in psychology in our country. From these analyzes, it becomes clear the inseparability of education, science and profession, the influence of the profession project in the construction of psychology and the need for positioning the category to take their future.

Keywords: Psychology history, Training, Social Commitment.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre o futuro da psicologia é um desafio, mas também um exercício extremamente interessante. Por um lado, não é possível prever o futuro, mas, por outro, a partir de ferramentas consistentes, tais como análise da história e contextualização da questão, se faz possível esboçar algumas perspectivas.

Iniciando o trabalho, devemos levar em consideração as particularidades da nossa história. Porém, há algo de complexo neste desafio. A história da psicologia no Brasil é marcada pela disputa de projetos políticos. Assim, farei o esforço em apresentar elementos históricos da psicologia focando nos embates de projetos de profissão vividos em cada um dos subtemas.

Primeiramente, é preciso entender quais foram as condições do surgimento da Psicologia em nosso país, qual era a sua função na sociedade e sob qual ideologia ela se produziu. Também devemos analisar qual é o perfil da(o) profissional psicóloga(o) e como tem sido a sua atuação. Por fim, é a discussão sobre a formação que nos possibilita concretizar o desenvolvimento da psicologia e apontar para as perspectivas do futuro da psicologia no Brasil.

Apenas após analisar cada uma dessas particularidades e todas elas em conjunto é que poderemos começar a traçar algumas perspectivas do que poderá ser a psicologia brasileira. Assim como prever o futuro, seria impossível tentar esgotar este desafio neste artigo, mas faz-se relevante assumir a responsabilidade por nosso futuro, ao iniciar o debate.

PSICOLOGIA NO BRASIL: REGULAMENTAÇÃO E IDEOLOGIA

No Brasil, a Psicologia tem sua presença reconhecida desde a época da Colônia, não propriamente como área específica, mas caracterizada pela preocupação com o fenômeno psicológico. Seu

desenvolvimento em nosso país se deu no interior da Educação e da Medicina, em consequência das ideias trazidas por brasileiros que estudaram no exterior ou por estrangeiros que vieram para o Brasil.⁽¹⁻²⁾

Temos uma Psicologia que surge colada ao projeto de modernização da sociedade brasileira e, com o objetivo de gerir essa vida em sociedade, os saberes foram importados para nossas escolas, hospícios e indústrias.⁽³⁾ Segundo Bock,⁽²⁾ essa Psicologia respondia ao interesse de higienização e ordem da sociedade. Na educação, eram abundantes as práticas autoritárias e disciplinares para formação dos indivíduos, na medicina, a criação dos hospícios demonstrava o tratamento moral dos sujeitos e nas indústrias as ações eram voltadas apenas para a obtenção de maior produtividade.

O movimento pela legalização da profissão começou a se organizar na segunda metade dos anos 50, quando Lourenço Filho e outros diretores da Associação Brasileira de Psicologia apresentaram ao Ministro da Educação uma petição para a criação da profissão “psicologista” ou “psicotecnista”.⁽¹⁾ Apesar da polêmica e embate de interesse, após diversos trâmites legislativos, no ano de 1962, a Psicologia foi reconhecida como profissão no Brasil a partir da Lei nº 4.119.

Ao analisarmos a lei que regulamenta a profissão, identificamos o compromisso da psicologia com a elite brasileira, como será localizado a seguir. Segundo o art. 4º do Decreto nº 53.464,⁽⁴⁾ de 21-01-1964, que regulamenta a Lei n. 4.119, seriam as funções do Psicólogo:

1. Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de:
 - a. diagnóstico psicológico;
 - b. orientação e seleção profissional;
 - c. orientação psicopedagógica;
 - d. solução de problemas de ajustamento.

2. Dirigir serviços de Psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.
3. Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor.
4. Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Psicologia.
5. Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.
6. Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia.

Podemos perceber uma clara visão tecnicista do profissional psicólogo. Sua primeira função, utilizar métodos e técnicas com objetivos de ajustar o sujeito, demonstra uma resposta às necessidades da elite brasileira, “a psicologia prometia colocar o homem certo no lugar certo; prometia facilitar a aprendizagem; adaptar as pessoas [...]”.⁽³⁾ O interesse das elites com a Psicologia era o de prever e controlar comportamentos para instalar um novo projeto de sociedade e esses objetivos estavam amparados pela lei.

Mais um fator que pode ser analisado por esse decreto é como a Psicologia é regulamentada a partir da perspectiva positivista. A partir de suas funções, assume-se o foco de atuação no indivíduo, aquele que deve ser ajustado para a sociedade. E, pressupostos como a neutralidade e objetividade são aparentemente colocados como óbvios no atuar da(o) psicóloga(o).

Com o golpe militar no Brasil e os movimentos contestatórios que emergiam, Bock⁽³⁾ afirma que o compromisso com as elites começou a se tornar um incômodo dentro da Psicologia. Assim, aquela Psicologia que acreditava que poderia explicar o homem desconsiderando sua realidade, passou a ser questionada e demandada a considerar a realidade cultural, econômica e social do brasileiro.

Os sinais de um novo projeto para a psicologia começam a aparecer com maior visibilidade nos anos 70. A Psicologia Social faz seus questiona-

mentos e inova na prática, com a Psicologia comunitária, nascida nas academias a partir de estágios dos estudantes e inova nas concepções teóricas, trazendo ao Brasil concepções críticas da França, da URSS, da Argentina e de Cuba. A Psicologia inaugura sua presença nos ambulatórios de saúde em São Paulo, de onde se expande, e ao formular questionamentos importantes sobre as concepções e técnicas de trabalho, inaugurando um campo importante de psicologia da saúde. Em seguida, a antipsiquiatria trará novas contribuições no campo da saúde mental, fortalecendo este desenvolvimento. A psicologia organizacional aponta também, ainda que de forma tímida, seus questionamentos. A psicologia da educação vai em busca do auxílio do pensamento crítico de Paulo Freire e autores como Makarenko, Vygotsky e outros. As entidades se proliferam, e a psicologia fortalece sua voz social.

Uma figura de extrema importância na construção da Psicologia Social brasileira (não apenas realizada no Brasil) é Sílvia Lane. Segundo Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado:⁽⁵⁾

sua preocupação básica em construir uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latino-americana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão, demandava uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social. Nesse sentido, entendia que o conhecimento da psicologia deveria levar à compreensão dos mecanismos que provocam a alienação e contribuir para ampliar a consciência dos homens. Sua teoria sobre o psiquismo teve essa direção.

Lane é considerada uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica na Psicologia Social no Brasil. Uma perspectiva que considera que a produção de conhecimento deve ser comprometida com a transformação social. Assim, vai contribuir para a superação do positivismo como forma de fazer ciência ao afirmar que sempre há uma intenção do sujeito sobre o objeto, ao negar a neutralidade na elaboração de novos métodos de pesquisa a partir do materialismo histórico e dialético e para a afirma-

ção do homem como sujeito histórico, assumido o marxismo como postura epistemológica.⁽⁵⁾

Ferreira Neto⁽⁶⁾ aponta que o projeto da Psicologia Sócio-Histórica, que tem como base a Psicologia histórico-cultural de Vygotsky, rompeu com alguns aspectos da Psicologia hegemônica da época e: “influenciou, desde então, uma geração de psicólogos preocupados com a construção de uma psicologia próxima da realidade brasileira”.⁽⁶⁾

Associando-se às agendas de pesquisa e atuação profissional críticas da concepção hegemônica da Psicologia comprometida com a elite, um conjunto de profissionais que se dedicaram às entidades de Psicologia a partir dos anos 90 representaram e ainda representam a bandeira do compromisso social na Psicologia. Na construção desse novo caminho da psicologia, o movimento Cuidar da Profissão assumiu o Conselho Federal de Psicologia – CFP em três gestões (1997 a 2007), período crítico para a afirmação do novo projeto de Psicologia na sociedade brasileira.

Na gestão do CFP, nos anos 2000, é defendido e construído ativamente o projeto do compromisso social da Psicologia na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso social, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia. Essa Mostra foi um marco para o novo projeto de Psicologia no Brasil e contou com milhares de trabalhos que apresentavam experiências interdisciplinares, que inovavam em instrumentos de trabalho não “psicologizantes” ou atuavam com populações que normalmente não teriam acesso ao trabalho do psicólogo.⁽²⁾

A II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia ocorreu doze anos após a primeira, em 2012. Esta teve como tema “Compromisso com a construção do bem comum” e ampliou a forma de organização ao ir além da apresentação de práticas profissionais, constituindo espaços de debates sobre trabalhos da(o)s psicóloga(o)s em diversas áreas de atuação, visando a criação de articulações e fortalecimento do compromisso com a realidade brasileira.

O compromisso da Psicologia com a realidade brasileira se torna, então, um tema de debate nas

universidades e cursos de Psicologia, nas entidades e nos eventos, sendo, no entanto, objeto de polêmica e debate. Apesar de disputas políticas e oposição, o novo compromisso social da Psicologia, caracterizado por Bock⁽²⁾ como “compromisso de trabalho pela melhoria da qualidade de vida; um compromisso em nome dos direitos humanos e do fim das desigualdades sociais”, se faz fortemente presente na discussão sobre a atuação da(o) psicóloga(o) no Brasil.

PSICÓLOGO BRASILEIRO: PERFIL E ATUAÇÃO

O primeiro aspecto a ser colocado ao se falar de um perfil do psicólogo brasileiro é em relação ao gênero. Em pesquisa realizada pelo CFP em 1988, intitulada “Quem é o psicólogo brasileiro?”, é apresentada uma Psicologia composta por 87% de mulheres. Esse dado converge com os 89% encontrados na pesquisa realizada a partir do cadastro do CFP em 2012, chamada “Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”.⁽⁷⁾ Importante ressaltar a mudança no título das pesquisas de psicólogo para psicóloga, que indica um maior cuidado e atenção na questão do gênero dentro da psicologia.

Outro aspecto que tem recebido atenção da Psicologia nos últimos anos é a questão de “cor ou raça” (termo adotado pelo padrão do IBGE). Essa atenção pode ser comprovada pelos movimentos dentro da Psicologia que discutem esse aspecto, como a realização de dois Encontros Nacionais de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (PSINEP), e pelo fato de que o questionamento sobre “cor ou raça” não fez parte da pesquisa do CFP de 1988, mas integrou a realizada pelo CFP em 2012.

Os resultados dessa pesquisa indicam que dos 1.331 respondentes, 67% das entrevistadas se autodefiniram como brancas, 25% como pardas, 3% como pretas, 3% como amarelas, 1% como indígena e 1% afirmou não saber dizer.⁽⁷⁾ Lhullier e Roslindo⁽⁸⁾ destacam que esse dado difere bastante em

relação aos dados da população brasileira e que temos uma Psicologia composta, em sua maioria, por mulheres de uma “cor ou raça” historicamente privilegiada no Brasil.

Para analisar as áreas de atuação em que os psicólogos atuam, uma pesquisa essencial foi realizada por Bastos, Gondim e Borges-Andrade,⁽⁹⁾ no ano de 2010, na qual os autores fazem uma comparação do projeto “O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional”,⁽¹⁰⁾ que analisava os dados da pesquisa do CFP “Quem é o psicólogo Brasileiro?”,⁽¹¹⁾ com uma pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2008 sobre a profissão do psicólogo no Brasil pelo GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Nesse estudo foi identificado que, da década de 80 para os anos 2000, há uma manutenção da área clínica como maior área de concentração da atuação da(o)s psicóloga(o)s. A área organizacional e do trabalho cresce um pouco, mas perde o segundo lugar no *ranking* para a saúde, nova área de inserção da(o)s psicóloga(o)s, não contemplada na primeira pesquisa. A educação tem uma queda expressiva como campo de atuação profissional, e as áreas social e jurídica aparecem demonstrando sua consolidação como prática da Psicologia.⁽⁹⁾

Em relação às atividades desenvolvidas, os autores apontam que a(o) psicóloga(o) participante da pesquisa realizada pelo GT desenvolve, independente da área, ações semelhantes aos anos 80. Identificam como sendo as atividades de maior incidência a avaliação psicológica, psicodiagnóstico e aplicação de teste. E concluem que, apesar da expansão dos campos de atuação da(o)s psicóloga(o)s, ainda temos uma prática limitada.⁽⁹⁾

Essa prática tecnicista da Psicologia pode ser considerada resultado da ideologia discutida por Bock,⁽²⁾ ao afirmar que alguns elementos ideológicos acompanham a maior parte das práticas da(o) psicóloga(o). Para a autora, o ponto principal é que a Psicologia tem naturalizado o fenômeno psicológico ao vê-lo como universal, pré existente e inerente ao homem. E, essa crença que descola o

fenômeno psicológico da realidade acarreta numa atuação corretiva da(o) psicóloga(o), uma intervenção que objetiva adequar o homem ao seu natural, universal, normal e esperado.

Outro fator apontado por ela é o fato da(o)s psicóloga(o)s não conceberem suas intervenções como trabalho, eles consideram que sua ação apenas ajuda ao outro a se desenvolver, e que isso tem como consequência uma visão de trabalho como neutra, negando sua intervenção em determinada direção. Esse ponto concorda com a pesquisa do CFP de 1988 que constatou que 40,5% dos 2417 psicólogos que participaram da pesquisa escolheram a profissão por “motivos voltados para o outro” ao expressarem querer conhecer, ajudar ou lidar com o ser humano.⁽¹²⁾ Em pesquisa mais recente, Magalhaes, Stralio, Keller e Gomes⁽¹³⁾ identificam que 75% dos alunos do primeiro ano do curso de psicologia consideram o “desejo de ajudar” como principal motivo para a escolha da Psicologia como profissão.

Bock⁽²⁾ ainda coloca que há uma concepção na Psicologia de que o homem possui em si a potencialidade de desenvolvimento, tendo a sociedade apenas o papel de favorecer ou prejudicar este desenvolvimento. Tais concepções isolam o sujeito da sociedade e isentam a mesma de qualquer responsabilidade por sofrimentos psicológicos dos sujeitos.

A partir do exposto, faz-se imperativo repensarmos a formação desse profissional para concretizarmos um perfil de psicóloga(o) que atenda ao novo projeto de Psicologia. Um perfil que considere o fenômeno psicológico, assim como a atuação do psicólogo, não naturalizado e alicerçado na realidade concreta.

FORMAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O): LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES CURRICULARES

A Psicologia já contava com a sua formação institucionalmente regulamentada a partir do Decreto-Lei

nº 9.092, de 1946, apesar de ainda não ser regulamentada como profissão. Nesse período, para ser considerado psicólogo era necessário ser “aprova- do nos três primeiros anos do curso de Filosofia, bem como em cursos de Biologia, Fisiologia, An- tropologia, Estatística, e em curso de especializa- ção de Psicologia. Finalmente, estágio em serviços psicológicos, a juízo dos professores da seção”.⁽¹⁴⁾ Foi a partir da emenda que dispunha sobre a for- mação do psicólogo e fixava o currículo mínimo e que acompanhava a Lei que regulamentava a pro- fissão em 1962, que foram regulamentados cursos específicos de Psicologia.

O Currículo Mínimo para os Cursos de Psicolo- gia para Bacharelado e Licenciatura foi o primei- ro documento federal oficial. Com vigência a partir de 1963, era composto por matérias obrigatórias, definição da obrigatoriedade do estágio supervi- sionado e sua carga horária, além da duração do curso. Em decorrência do golpe militar de 1964, o Currículo Mínimo permaneceu quase sem modifi- cações, apenas com acréscimo ou retirada de algu- mas disciplinas.⁽¹⁵⁾

Foi a partir dos anos 80 que o Conselho Fede- ral de Psicologia passou a promover uma série de atividades com o objetivo de debater a formação do psicólogo.⁽¹⁶⁻¹⁷⁾ Marcando este processo, foi pu- blicado o livro “Psicólogo Brasileiro – construção de novos espaços” caracterizado por ser uma re- visão bibliográfica da literatura produzida no Bra- sil entre 1980 e 1992 sobre os novos caminhos da profissão. Em âmbito nacional, foi realizado o I Encontro de Coordenadores de Curso de Forma- ção de Psicólogo que teve como produto a Carta de Serra Negra composta de sete princípios norteado- res da formação em psicologia e dez sugestões de operacionalização.

Tais princípios marcam um avanço no projeto da psicologia no Brasil ao colocar a preocupação dos aspectos sociais na formação do psicólogo. Prin- cipalmente ao apostar na importância da postura política, crítica, ética e com compromisso com a realidade social. Outro ponto importante da carta é o fato de ela avançar ao apontar alguns princípios

básicos para a formação com uma postura propo- sitiva, e não apenas crítica.⁽¹⁸⁾

Foram realizados encontros (I Encontro Regio- nal sobre Formação Profissional em Psicologia (São Paulo), I Encontro de Coordenadores de Cur- so de Formação de Psicólogos, I Congresso Nacio- nal da Psicologia – CNP) e construídas propostas decorrentes da carta de Serra Negra. A partir da aprovação da LDB em 1996, veio o dever de elabo- ração das diretrizes e um grande embate político.

Com o objetivo de construir este novo documen- to, em 1998, a Secretaria de Educação Superior (SESu) – Ministério da Educação – indicou uma Comissão de Especialistas. A nova Comissão pra- ticamente desconsiderou as diretrizes elaboradas pela comissão anterior ao formular novas diretri- zes intituladas “Padrões de Qualidade para os cur- sos de Graduação em Psicologia”. Este documen- to apresentava critérios de avaliação, autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos de Psicologia e não fazia menção alguma às diretrizes anteriores.

A partir daí a formação em Psicologia teve foco maior na discussão da categoria, foram montadas comissões, realizados eventos, discutidas suges- tões, construídas propostas de diretrizes, até que, em 2004, foram homologadas as diretrizes curri- culares dos cursos de psicologia que foram organi- zadas na tentativa de garantir um meio termo entre as propostas dos diferentes projetos de Psicologia.

A formação está intimamente ligada ao projeto de profissão, assim, as questões da formação são questões também da profissão. Falar de formação é falar de ciência/profissão. A formação de hoje é regida sob as diretrizes curriculares nacionais de 2004,¹ que, na tentativa de solucionar essa tensão entres os projetos, aponta para uma formação ge- neralista com ênfases curriculares. A história de- monstra mais uma vez a disputa entre diferentes projetos de Psicologia para a realidade brasileira.

~~~~~  
<sup>1</sup> Nos referimos às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 como às últimas da Psicologia, no entanto, as diretrizes mais recentes são as de 2011. Assim, o fizemos, pois, as DCN de 2011 são apenas uma atualização das DCN de 2004 com o acréscimo de normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de profes- sores de Psicologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Aqui nos encontramos, numa psicologia que surge a partir de um projeto de modernização do Brasil, com características individualizantes e com forte influência positivista, mas que vem se transformando e assumindo um papel de compromisso social, de agente transformador da sociedade brasileira, responsável por responder às demandas das populações historicamente excluídas.

Essa mudança fica clara na atuação da(o) profissional psicóloga(o) que, apesar de grande parte ainda se apresentar trabalhando no consultório, o seu campo de atuação vem apresentando grande diversificação. E, além disso, a própria noção de clínica vem se modificando, ao se afastar do modelo clínico que remete ao fazer “tradicional” do psicólogo voltado ao indivíduo e estreitamente ligada ao modelo médico.<sup>(19)</sup>

Como já afirmado neste texto, formação e profissão são indissociáveis. Assim, vemos refletido na formação o projeto de profissão almejado. Uma formação com compromisso social se traduz numa formação comprometida com a realidade brasileira. Uma formação que prepare a(o) futura(o) psicóloga(o) para atuar de forma ética, independentemente da área que esteja inserido. Uma formação que tenha como base a afirmação de Lane<sup>(20)</sup> que toda psicologia é social e, nesse sentido, admita a natureza do homem como histórico e social. Para tanto, é essencial que a(o) psicóloga(o) conheça a realidade social, cultural e econômica na qual vai atuar.

Nesta direção, considero importante apresentar as reflexões de Gonçalves e Bock<sup>(21)</sup> sobre a formação dos psicólogos, quando delimitaram aspectos importantes que os cursos de Psicologia devem realizar para superar a formação tradicional, que são:

- Proporcionar aos alunos uma reflexão crítica sobre o fazer do psicólogo para desconstruir imagens preestabelecidas;

- Criar um espaço para que os motivos assistencialistas que levam muitos estudantes de psicologia à profissão sejam superados por motivos críticos;
- Ensinar os alunos a identificar o fenômeno psicológico e as possibilidades de intervenção independente do campo de atuação;
- Superar a visão de homem deslocado de sua realidade histórica e construir novas concepções de fenômeno e atuação psicológica, para a construção de novas práticas condizentes com a realidade brasileira.<sup>(21)</sup>

A legislação, a atuação profissional e a formação são constituídas na e pela disputa política. A(O) psicóloga(o) é produto de sua história e, de forma dialética, são também produtores dela. Assim como a Psicologia se constituiu como ciência “psicologizante”, positivista e ligada às elites, devido ao seu contexto histórico, os psicólogos são, em sua maioria, um reflexo dessa historicidade. Porém, por serem sujeitos parte indissociável da sociedade, atuam e constroem a Psicologia. E, é na mudança na base material que se realiza e se faz possível uma mudança da psicologia brasileira.

Pensar no futuro da psicologia implica nos engajarmos na discussão sobre qual é a psicologia que queremos e como faremos para construí-la. Ao analisar a história, o perfil do psicólogo e a formação desse profissional, ousar em traçar algumas perspectivas para o futuro.

Primeiramente, considero como ponto importante a necessidade de definição do que é a psicologia. Este é um debate que existe praticamente desde o surgimento da psicologia no Brasil, mas hoje se torna cada vez mais importante devido à amplitude do alcance do trabalho do psicólogo em nosso país e da diversidade de abordagens teóricas e campos de atuação. Devemos estimular uma discussão que nos leve a construir um núcleo comum da psicologia. Não com o objetivo de fechar um conceito e excluir possibilidades de nossa atuação, mas de garantir à sociedade e à nossa categoria critérios que ampare o fazer psicológico.

Complementando o ponto anterior, se faz necessário produzirmos cada vez mais materiais de referências técnicas de nossa atuação e exemplos de pesquisa para o estabelecimento mais efetivo do psicólogo em seus diversos campos de atuação. Dessa forma estaremos melhor preparados para atuar na e para a realidade brasileira.

O trabalho apenas nos consultórios não supre a demanda social e o que nos é demandado em nossa atuação na realidade brasileira exige uma mudança macro social. Não é uma simples mudança de campo de atuação da clínica para o social, mas de atuação em si, uma atuação com compromisso social independentemente da área e do *locus* de trabalho. Neste ponto, é importante ressaltar que apenas estar nos serviços públicos não garante uma atuação com compromisso social.<sup>(22)</sup> Assim, devemos buscar uma psicologia ligada à política a partir de profissionais engajados, que discutam o seu papel social, as políticas públicas de nosso país e temas que dizem respeito à população como um todo, como a laicidade do estado, os direitos humanos e etc.

Por fim, é na preparação do futuro psicólogo e na conscientização de sua importância para construção da psicologia comprometida socialmente que poderemos trabalhar para o futuro que queremos. A formação é um momento crucial para a organização da categoria, é um espaço privilegiado de debate, questionamento e construção do psicólogo e da psicologia. Como disse Holanda:<sup>(23)</sup> “repensar a inserção social da Psicologia, implica também repensar a colocação da dimensão do profissional no seio da formação”.

Aceitei o desafio de traçar perspectivas para a psicologia, e ao fazê-lo, ficou-me claro que o futuro da psicologia é construído no presente. Devemos nos posicionar e agir nesta direção, e assim, assumir a responsabilidade da psicologia que teremos.

## REFERÊNCIAS

1. Antunes MAM. A psicologia no Brasil no século XX. In: Massimi M, Guedes M. do C. Histórias da psicologia no Brasil: novos estudos. São Paulo: Cortez Editora; 2004.
2. Bock AMB. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: Bock AMB, organizadora. Psicologia e o compromisso social. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2009. v. 1, p. 15-28.
3. Bock AMB. O compromisso social da psicologia: contribuições da perspectiva sócio-histórica. Psicologia em foco. 2008;1(1).
4. Brasil. Decreto nº 53.464. DF: Brasília, 21-01-1964.
5. Bock AMB, Ferreira MR; Gonçalves, MGM, Furtado O. Silvia Lane e o projeto do compromisso social da psicologia. Psicol. Soc. 2007;19(2):46-56.
6. Ferreira Neto JL. A formação do psicólogo: clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC/FCH; 2004.
7. Lhullier LA, organizadora. Quem é a psicóloga brasileira?: mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2013.
8. Lhullier LA, Roslindo JJ. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: Lhullier LA, organizadora. Quem é a psicóloga brasileira?: mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2013.
9. Bastos AVB, Gondim SMG, Borges-Andrade JE. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: Yamamoto OH, Costa ALF, organizadores. Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Natal: EDUFRN; 2010. p. 257-271.
10. Bastos AVB, Gomide PIC. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional, Psicol. Ciênc. prof. 1989;9(1):6-15.
11. Conselho Federal de Psicologia. Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: EDICON; 1988.
12. Carvalho AA, Olian, AL, Bastos AVB, Sodré LG, Cavalcante MLP. A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos. Quem é o



- Psicólogo Brasileiro? S. Paulo: Edicon; 1988. Cap. 3. p. 49-68.
13. Magalhaes M, Stralioetto M, Keller ME, Gomes WB. Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia. *Psicol. Cienc. prof.* 2001;21(2):10-27.
  14. Soares AR. A psicologia no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. *Psicol. Cienc. prof.* 1979; Edição especial (0):09-59.
  15. Rocha Jr A. Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares. *Psicol. Teor. prá.* 1999;1(2):3-8.
  16. Japur M. Formação em psicologia: a perspectiva da carta de Serra Negra. *Paidéia.* 1994;7.
  17. Nico Y, Kovac R. As origens das diretrizes curriculares propostas pela comissão de especialistas em psicologia: um breve histórico. *Conscientiae saúde.* 2003;2:51-59.
  18. Buettner GEBPV. Diretrizes curriculares em psicologia: discurso de resistência [tese]. Campinas, SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas; 2000.
  19. Lo Bianco AC, Bastos AVB, Nunes MLT, Silva RC. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In: Conselho Federal de Psicologia, organizador. *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.* São Paulo: Casa do Psicólogo; 1994.
  20. Lane STM. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane STM, Codo W., editores. *Psicologia social: o homem em movimento.* São Paulo: Brasiliense; 1984.
  21. Gonçalves MGM, Bock AMB. Desenhando a psicologia: uma reflexão sobre a formação do psicólogo. *Psicol. rev.* 1996;2:141-150.
  22. Barreto, AF. Sobre a dor e a delícia da atuação psicológica no SUAS. *Psicol. Cienc. prof.* 2011;31(2):406-419.
  23. Holanda A. Os conselhos de psicologia, a formação e o exercício profissional. *Psicol. Cienc. prof.* 1997;17(1):3-13.